



CRISE BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ANOMIA

Isabelle Haaiara Andrade Barbosa
Graduanda em Psicologia pela UFS
E-mail: Isabelle.hab@outlook.com

Juliana Nascimento de Almeida
Graduanda em Psicologia pela UFS
E-mail: jujsalmeida@hotmail.com

ST 2 - Representações, Memória e Humanidades:
a produção do conhecimento em tempos de crise

Ouvir falar sobre a crise, ou melhor, sobre “a grande crise”, não constitui evento raro, sobre o qual seja difícil encontrar informações. Em exercícios simples como ligar a televisão no horário do jornal, entrar na rede social para checar atualizações e até mesmo esperar na fila do supermercado, é possível deparar-se com o tema, tratado de modos diferentes. É um assunto comum, acessível a quem sobre a crise procura e até a quem não o faz, constituindo-se como temática cotidiana na atual conjuntura nacional. A crise brasileira consiste em objeto de pesquisa psicossocial, uma vez que é elemento das relações que se estabelecem numa dada realidade, ligando-se de modo dinâmico a aspectos históricos, sociais e ideológicos. Compreender o que se entende por crise implica considerar o histórico nacional, isto é, contextos de crise anteriores, desde a instauração da República Nova à atualidade. Ao analisar a origem, desenvolvimento, consequências e, principalmente, as recaídas das crises, nos aparece não só um modelo estrutural, como também das formas como elas são apreendidas pela população.

Nesse viés, pode-se dizer que a crise econômica e política se instaura, por consequência, atrelada à uma crise geral da sociedade, o que Teymoori *et al.* (2016) chamaria de colapso do tecido social. Dentro desse panorama de crise, é possível observar um crescimento da desconfiança não só para com as instituições políticas, mas também para com a sociedade civil, configurando-se como um estado de anomia. Este conceito, inaugurado por Émile Durkheim no século XIX, tem sido remodelado ao



longo dos séculos, buscando explicar um fenômeno que ainda se encontra presente em diversos contextos, como no Brasil do século XXI.

O presente trabalho busca investigar relações que se estabelecem entre a forma de representar a crise, identidade nacional e anomia em contexto brasileiro. O período analisado é de dezembro de 2016 a junho de 2017, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, utilizando-se de abordagem em Psicologia Social.

Teoria das Representações Sociais: conceitos centrais

O marco oficial de nascimento da Teoria das Representações Sociais se deu em 1961 pela publicação do livro “*La Psychanalyse, son image et son public*”, no qual Serge Moscovici analisou a forma como a Psicanálise era representada na mídia francesa. A TRS oferece ao estudo psicossocial um modelo mais dinâmico, considerando o homem como agente de sua realidade social; considera aspectos históricos, importando-se com a linguagem e suas significações no cotidiano (Cerrato & Palmonari, 2011). Além disso, uma de suas principais propostas paradigmáticas tratava-se da valorização do conhecimento produzido fora do espaço científico, evidenciando a importância do que se produz e se dissemina no dia a dia, influenciando e sendo influenciado pela produção científica (Cerrato & Palmonari, 2011; Marková, 2017).

As representações sociais são construídas no espaço social, isto é, no espaço público; são compartilhadas por indivíduos ativos, ao mesmo tempo produtores e produções da sua realidade (Jovchelovitch, 2000). Elas constroem e reconstróem a realidade, representam o espaço do sujeito social, tendo em si elementos que permitem a tradição, bem como uma possibilidade constante de criação, e, portanto, inovação (Jovchelovitch, 2000). As representações “controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (Moscovici, 2000, p.38). Elas são entidades sociais, capazes de interagir entre si, mudando de posição e de importância, podendo sumir e emergir com novas aparências.

Quanto às suas funções, para Moscovici (2000), elas convencionam objetos, pessoas e acontecimentos, nos permitem conhecer o mundo e a ele atribuir significados. Mais que isso, possuem uma função prescritiva da realidade, sendo anteriores aos indivíduos e a eles se impondo, podendo ser transmitidas por gerações, bem como



serem construídas a todo momento. Em Abric (2000), aparecem não duas, mas quatro funções: 1) de saber, que possibilita aos atores sociais adquirir e transmitir conhecimento; 2) identitária, relacionada a atribuição de papéis pessoais e sociais; 3) de orientação, seguindo a lógica da prescrição em Moscovici (2000); e 4) justificadora, que trata das relações intergrupais e justificação de comportamentos e posições tomadas.

Há, na TRS, dois processos fundamentais, a partir dos quais compreende-se a origem e desenvolvimento das representações: a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 2000). A ancoragem consiste na transformação de algo desconhecido para algo familiar, adaptando-o ao sistema de categorias já conhecidas. É por meio dela que o elemento é reajustado e acomodado ao vocabulário simbólico. A objetivação, por sua vez, é o processo de tornar o conceito material, para que o elemento passe a integrar a realidade, acessível, materializado (Moscovici, 2000). Ele deixa de ser uma figura, uma abstração em três etapas que se seguem: construção seletiva, esquematização e naturalização (Vala, 2004).

É do espaço compartilhado e, portanto, público, que emergem as representações sociais, construídas sob a condição de coletividade, pressupondo a comunicação entre os sujeitos sociais (Jovchelovitch, 2000). A informação e os meios pelos quais ela veicula, moldam o seu formato e determinam como o seu conteúdo será recebido e repassado, podendo servir a fins pessoais, econômicos e até mesmo ideológicos (Clémence, Green, & Courvoisier, 2011; Jovtchelovitch, 2000). A mídia interpreta, desse modo, um papel decisivo nesse sentido, aparecendo em diversas análises como influenciadora direta das representações sociais construídas acerca de diversos temas, sendo a crise um deles (Jovchelovitch, 2000).

Crise: definição e histórico nacional

Tendo a crise como um momento de ruptura de um sistema, de suas condições estruturais, produzindo incertezas e necessidade de reajuste dos seus elementos constitutivos (Pasquino, 1993), podemos realizar uma breve análise das crises brasileiras. A partir desse conceito, tem-se três fases: anterior à crise; momento da crise; e momento posterior (Pasquino, 1993). Quanto aos tipos de crise, destaca-se, neste trabalho, as crises de sistema, relativas a dispositivos jurídicos, constitucionais e ao



ordenamento socioeconômico; e a crise governamental, referente ao funcionamento do governo e sua relação com a sociedade (Pasquino, 1993).

Segundo Pasquino (1993), as relações entre os elementos do sistema são alteradas, produzem efeitos uns sobre os outros, tendo influência fatores internos e externos a ele. O movimento realizado pelas esferas busca o restabelecimento do equilíbrio estrutural, localizado num momento posterior à crise. No entanto, o que pode se suceder é um equilíbrio momentâneo para, depois de certo tempo, a crise manifestar-se novamente. Há ainda a possibilidade de surgimento de uma crise dentro de outra crise, podendo ser de longa ou curta duração (Pasquino, 1993).

Em uma retrospectiva das crises brasileiras, num recorte feito a partir da Primeira República à atualidade, identificam-se elementos sempre presentes e que demonstram ser cruciais para o desencadear e desenrolar do contexto de crise. Fausto (1984) reconhece em seu trabalho um padrão das crises de 1930 ao golpe de 1964, que consiste da tomada do poder e da consolidação de forças hegemônicas em colaboração com outras tendo por fim a implantação de um novo modelo de Estado.

No levantamento realizado, de 1930 a 2016, o padrão encontrado tende para elementos fixos das crises nacionais: 1) fatores econômicos ligados ao desempenho do Brasil, taxas de inflação e desemprego, influenciados pelo cenário econômico internacional; 2) crise política e moral, relacionada a escândalos de corrupção e à fragilidade democrática brasileira; 3) a emergência de uma figura salvadora, a mexer com a afetividade do povo e a prometer atender suas principais demandas; 4) a esperança nas Forças Armadas, depositando nelas a expectativa de que a elas cabem assegurar a ordem do país; e, por fim, 5) a crítica aos serviços públicos e menção aos indicadores sociais, denunciando as faltas do governo para com o povo na asseguaração de uma boa qualidade de vida (Antunes, 2015; Fausto, 1984; Jovchelovitch, 2000; Sallum Jr. e Kugelmas, 1991; Singer, 2013; Velho, 2002).

O conceito de anomia

Neste trabalho, foi adotado o conceito de anomia de Teymorri *et. al* (2016), o qual parte de conjunturas mais contemporâneas para tecer suas análises. Todavia, para se compreender como a conceituação de anomia se metamorfoseou e se reaplica à



contemporaneidade, é necessário realizar uma retrospectiva secular da conceituação do termo, desde a anomia clássica de Durkheim do século XIX, uma reelaboração desta descrita por Robert K. Merton até a anomia contemporânea do século XXI. Assim, torna-se possível uma percepção de como este conceito sociológico foi e tem sido capaz de se reinventar e ser considerado parte da dinâmica social.

A anomia, na forma como se originou com Durkheim no século XIX, ocorreria, para ele, quando as funções entre os órgãos não estivessem regulamentadas – o Estado, para Durkheim, era percebido como mantenedor da unidade social –, culminando numa ausência ou desintegração das normas (Durkheim, 2012). Segundo o autor, essa desintegração seria causada, progressivamente, a partir da constante divisão do trabalho. A perda da solidariedade e do sentimento de coletividade, o antagonismo entre trabalho e capital ilustrado pela transição da predominância de pequenas indústrias para grandes indústrias que modificou a relação entre patrão e empregado, assim como a posição do Estado – recorrentemente colocada em xeque – como mantenedor da unidade social se apresentam como fatores que podem vir a desencadear a anomia durkheimiana (Durkheim, 2012).

No século XX, foi desenvolvida uma nova concepção de anomia na ótica de Robert K. Merton, que parte de duas dimensões para a posterior definição: 1) os objetivos culturalmente definidos, interpretados pela sociedade como objetivos válidos para todo e qualquer sujeito social e 2) os meios ou mecanismos que regulam e controlam os modos aceitáveis de alcançar tais objetivos (Merton, 1968). Para o autor, cada sociedade interliga os objetivos às instituições reguladoras, ou seja, acreditam na legitimidade de um caminho que seja institucionalizado para chegar-se a um fim. Assim, o estado de anomia ocorre quando há um conflito entre os objetivos e os meios para alcançá-los, ou seja, é uma ruptura no conjunto de normas que regulam a conduta comum dos integrantes do corpo social (Merton, 1968).

Teymoori *et al* (2016), autores que apresentam a concepção de anomia que será utilizada neste trabalho, apontam que a integração e regulação social são componentes-chave para uma sociedade saudável. Contrapondo-se a isto, a anomia estaria relacionada à percepção dos indivíduos de que a sociedade se encontra desregulada e desintegrada. Tal desregulação envolve o colapso da liderança ou órgãos governamentais de uma



sociedade, a sua ilegitimidade e ineficiência. Desse modo, segundo Teymoori *et al.* (2016), a sociedade tem para si que os seus líderes não tomam decisões justas relacionadas ao corpo social não representam e protegem os membros da sociedade, não distribuem os bens de maneira justa, assim como pouco agem em prol do bem coletivo. Nesse sentido, no artigo, a anomia é colocada em duas dimensões: colapso do tecido social e colapso da liderança, sendo que ambas estão intrinsecamente interrelacionadas e se reforçam. Assim, quando uma dimensão entra em colapso, há uma forte e problemática interferência na outra (Teymoori *et al.*, 2016).

Em outras palavras, quanto menos confiança nas autoridades a sociedade tem – o que pode ocorrer pelas justificativas supracitadas –, menor a confiança geral nos outros. A anomia também apresenta reflexos a nível individual, principalmente, reflexos negativos no bem-estar, na satisfação de vida e na felicidade, o que está diretamente relacionado com a desesperança e sensação de impotência dos indivíduos frente à capacidade de trabalhar a fim de alcançar seus objetivos. Dessa forma, pode-se entender que uma liderança fraca acaba culminando em fracos acordos morais, produzindo prejuízo na cooperação e engajamento, redução da identidade e desintegração social.

Identidade social

No presente trabalho, foi utilizado o conceito de identidade social de Tajfel para investigar o sentimento de pertencimento nacional dos indivíduos. Segundo Suda & Souza (2006), Tajfel (1983) conceitua identidade social a partir das relações grupais, ou seja, é uma parcela do auto-conceito de uma pessoa que advém da sua pertença a um grupo social, atrelado a um significado emocional e de valor que se associa àquela pertença. No processo de comparação social, o indivíduo tende a valorizar positivamente o endogrupo e negativamente os exogrupos, o que não impede o indivíduo de ter uma identificação problemática com o próprio grupo (Tajfel, 1983, p. 290 apud Souza & Suda, 2006). Sendo assim, nesse estudo, busca-se compreender o sentimento de identificação nacional e as problemáticas em torno dele.

Método



A presente pesquisa teve seus dados coletados através de um questionário online e disponibilizado através de redes sociais, com objetivo de alcançar cidadãos de vários estados do país. A coleta de dados ocorreu de dezembro de 2016 a junho de 2017.

Participantes

Os 225 participantes do questionário são de 20 diferentes estados brasileiros, tendo de 18 a 59 anos (M=30,6; DP=10,09), sendo 57,8% do sexo feminino e 42,2% do sexo masculino. Dos participantes, 74,2% moram na região nordeste. A maior parte da amostra cursou ou está cursando o Ensino Superior (60%), seguido daqueles que cursaram ou estão cursando a pós-graduação (31,6%). Na amostra, o menor nível de escolaridade encontrado foi de Ensino Médio, o que indica um perfil majoritário de indivíduos que já tiveram contato com o ambiente universitário. Com base no salário mínimo vigente na época da coleta de dados (2016/2017), de R\$937,00, verificou-se que 30,2% da amostra tem renda mensal de mais de 8 salários mínimos. A maior parte (46,2%) se encontra na faixa de renda mensal de 1 a 6 salários mínimos. Somente 7,6% dos pesquisados relatou ter uma renda de até 1 salário mínimo. A análise do perfil revelou que 41,8% se autodeclara como branco, seguidos 31,6% de pardos e de 16% de pretos. Em relação ao espectro político esquerda-direita, 61,3% declarou que possui um posicionamento. Dos que se posicionaram, 66,7% da amostra se classificou como de esquerda, 15,5% como de centro e 4,8% no espectro de direita. Menos de 3% da amostra se declarou em um dos extremos do espectro político.

Procedimentos, análise dos dados e princípios éticos

Neste trabalho, buscou-se levantar dados sobre identidade nacional, percepções de crise, impactos da crise, confiança nas instituições e anomia. Para analisar a identidade nacional, foram feitas perguntas como “você se sente brasileiro?”, “você gosta de ser brasileiro?” e “você sente orgulho de ser brasileiro?”, todas as perguntas tendo uma escala de 1 a 3, na qual zero significa “nada” e três significa “muito”. Já para investigar as percepções de crise, utilizamos perguntas como “para você, o Brasil está em crise?”, além da busca pelos seus responsáveis, utilizando categorias como empresários, classe média, governo, políticos, população de baixa renda e ricos com



uma possibilidade de resposta em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa nenhuma responsabilidade e 7, total responsabilidade. Em relação aos impactos da crise na vida pessoal e familiar, foi utilizada uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa que os impactos foram nada graves e 7 significa que foram extremamente graves. Para se investigar a confiança nas instituições (família, polícia, partidos políticos, governos federal, estadual e municipal, poderes executivo, legislativo e judiciário, forças armadas, igreja e sindicatos), foi utilizada uma escala de 1 a 7, em que 1 significa total desconfiança e 7, total confiança. Por fim, para compreender o sentimento de anomia utilizou-se uma escala de 32 itens desenvolvida por Teymoori *et al* (2016), na qual havia eixos de valorização/desvalorização e isolamento do indivíduo, impotência diante dos problemas nacionais, esperança/desesperança, cooperação social/egoísmo, moralidade, satisfação/insatisfação com o governo.

Todos os dados foram analisados através do software IBM SPSS 21 (*Statistical Package for the Social Sciences*) e todos os princípios éticos da pesquisa com seres humanos foram seguidos.

Resultados e discussão

Buscando analisar quais aspectos sócio demográficos têm ou não influência nos impactos da crise sentidos pelos indivíduos, encontrou-se somente correlação entre a idade e a renda mensal. Assim, quanto maior a idade, maiores os impactos sentidos na vida pessoal e familiar ($r=0,266$; $p<0,001$) e, quanto menor a renda, maiores são os impactos relatados ($r=-0,254$; $p=0,001$). Na amostra, a cor, o nível de escolaridade e o sexo não tiveram influência sobre esta variável dependente. O fato de posicionar-se ou não politicamente ou ter um posicionamento político específico também não se relacionaram com o fenômeno.

Quando os participantes foram questionados se acreditam que o Brasil está ou não em crise, 84,9% da amostra declarou que sim, 8,4% disse que não e 6,7% não soube avaliar. No que concerne aos impactos da crise, a média obtida na amostra foi de 4,81 (DP=1,56).

Ao questionar sobre três lembranças relacionadas ao pensar em crise econômica no Brasil em itens abertos, pode-se encontrar, por meio de análise de conteúdo (Bardin, Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



2011), quatro temas mais frequentes em cada uma das três lembranças. Os participantes responderam, na primeira lembrança, em ordem de maior para menor frequência: economia, desemprego, corrupção e impeachment/golpe. Na segunda lembrança, falaram em economia, corrupção, governo/políticos e indicadores sociais (saúde, segurança, educação). Na terceira lembrança, fizeram-se presentes o governo/políticos, economia, corrupção, valores (justiça, democracia, etc.), Michel Temer e indicadores sociais.

Comparando a média de responsabilidade atribuída a atores da vida social como políticos, empresários, classe média, população de baixa renda, governo e ricos, os políticos tiveram a maior média ($M=6,72$; $DP=0,841$), seguidos do governo ($M=6,55$; $DP=0,857$) e de empresários ($M=5,47$; $DP=1,631$). Os indivíduos que atribuem mais responsabilidade da crise à classe política apresentam maior escore de anomia ($r=0,291$, $p<0,001$).

Agrupou-se os itens que se referiam a instituições de poder executivo, legislativo e judiciário, sendo elas, portanto, os pilares do poder de um Estado, e foi observado uma média de confiança de 1,89 ($DP=0,87$). Quando comparados a outras instituições, os valores encontrados indicam pouca confiança nos representantes dos poderes. Destaca-se, no entanto, dentro do espectro político, uma gradação decrescente entre as esferas municipal, estadual e federal, sendo o menor escore de confiança no poder executivo federal. A média de confiança nas instituições não políticas (família, igreja, forças armadas e polícia) foi de 3,85 ($DP=1,18$), tornando perceptível que as instituições ligadas à gestão, formulação e aplicação de leis estão em desvantagem se comparadas às supracitadas. Numa comparação das médias de confiança nas instituições, a família se apresentou como a mais confiável ($M=5,68$; $DP=1,44$), seguida da Igreja ($M=3,27$; $DP=1,75$), Forças Armadas ($M=3,27$; $DP=1,74$) e Polícia ($M=3,21$; $DP=1,62$).

Na análise dos itens de anomia, descobriu-se que 65,3% da amostra concorda que a maioria das pessoas acham que a honestidade nem sempre funciona e que ser desonesto é a melhor forma de conseguir o que se quer, 64,4% concorda que a maioria das pessoas pensa que se algo funciona, não importa se está certo ou errado e 60% concorda que ninguém está de acordo sobre o que é certo ou errado.



O escore geral de anomia obtido, dentro de uma variação e 1 a 7, foi de 4,86 (DP=0,68). Obteve-se que, quanto menos acredita que o governo federal é legítimo, maior a anomia ($r=0,301$; $p<0,001$). Além disso, a anomia aumenta quanto menor a renda ($r=-0,162$; $p=0,022$), a confiança no Judiciário ($r=-0,177$; $p=0,011$), nos partidos políticos ($r=-0,204$; $p=0,003$), no poder executivo ($r=-0,157$; $p=0,34$) e nas instituições políticas em geral ($r=-0,387$; $p<0,001$). No que tange aos itens da escala de anomia sobre legitimidade e representação política, observou-se que 73,3% discorda que o governo federal seja legítimo, 87,1% discorda que o governo representa a maioria da população e 92% concorda que os políticos não se interessam pelos problemas da população.

Relacionando os itens de identidade nacional com anomia, obteve-se que a anomia é maior quanto menos o indivíduo gosta de ser brasileiro ($r=-0,344$; $p<0,001$), quanto menor o orgulho do povo brasileiro ($r=-0,281$; $p<0,001$) e de ser brasileiro ($r=-0,193$; $p=0,004$) e quanto menor o orgulho do desenvolvimento econômico do Brasil ($r=-0,137$; $p=0,029$). Além disso, quanto mais vergonha os participantes sentem do país, maior a anomia ($r=0,281$; $p<0,001$).

Ao analisar as relações entre a confiança nas instituições, políticas ou não, e o nível de impactos da crise sentidos, prevaleceu a desconfiança do poder legislativo e a confiança na família. Quanto maiores os impactos da crise sobre a vida, menor é a confiança em senadores e deputados ($r=-0,190$; $p=0,005$) e maior é a confiança na família ($r=0,168$; $p=0,013$) e o índice de anomia ($r=0,224$, $p=0,001$). Observou-se que quanto mais uma pessoa acredita que os políticos não se interessam pelos problemas da população, mais ela declara sofrer os impactos da crise ($r=0,279$; $p<0,001$). Avaliando se o reconhecimento ou não da crise possui impactos no escore de anomia, não foram obtidas diferenças significativas entre as pessoas que afirmaram que o Brasil vive uma crise, as pessoas que a negaram e as que não souberam avaliar.

Os resultados obtidos com o instrumento implicam na construção de um cenário nacional de forte desconfiança no governo e na classe política, bem como a sensação de instabilidade econômica e desamparo social. A percepção de estar vivendo um momento de crise predomina, apesar de não influir diretamente no sentimento de anomia; contudo, numa dimensão mais prática, que é dos impactos sentidos na vida



peçoal e familiar, a relação aparece de modo que ambos agem mutuamente. Em reforço à questão da confiabilidade, a atribuição da responsabilidade da crise atual recai sobre o governo e políticos, também destacados na análise sobre lembranças de crises. Os aspectos econômicos, como inflação e desemprego, surgem com frequência nas lembranças, remontando ao primeiro item que aparece como desencadeador das crises nacionais no século XX. Do mesmo modo ocorre com a corrupção, tema frequente em todas as três lembranças analisadas, ligando-se à queixa sobre uma crise moral que se evidencia em momentos de crise.

O panorama denuncia um sistema no qual um aspecto da realidade social influencia o outro, como ocorre na análise sobre a anomia, de modo a convergir com o estudo teórico desenvolvido no presente trabalho. A desconfiança nas instituições públicas ligadas à gestão, formulação e aplicação de leis une-se à maior responsabilidade a elas atribuída pela crise, sendo possível identificá-las como possíveis potencializadoras do sentimento de anomia brasileiro.

Considerações finais

Os resultados encontrados dialogam diretamente com estudos teóricos e viabilizam a elaboração de novos modelos. Dentre as limitações encontradas, tem-se o perfil dos participantes do estudo, que acabou sendo definido em razão da forma de divulgação do questionário, sendo representativa a amostra da região nordeste, com nível superior/pós graduação e alta renda. Novas pesquisas devem ser conduzidas, contando com a participação de mais indivíduos e de perfis mais diversos. A relevância do tema se faz cada vez mais evidente, dado que a crise e sua incidência sobre a anomia ainda se fazem presentes. Analisar estes fenômenos e suas relações é fundamental a fim de não apenas compreender a dinâmica entre sociedade e política em dadas conjunturas, mas também de buscar ferramentas para atuar sobre ela numa perspectiva de reestruturação e integração sociopolítica mais eficiente.

Referências



- Abric, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. ; Oliveira, D. C. (Org.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2000.
- Antunes, R. (2015). Fenomenologia da crise brasileira. *Lutas Sociais*, vol.19 n.35, 09-26. Recuperado em 04 de dezembro, 2017, de <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26672>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Pinheiro: São Paulo.
- Cerrato, J., & Palmonari, A. (2011). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida, M. de F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Org.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Clémence, A., Green, E. G. T. & Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: a difusão e transformação das representações. In A. M. O. Almeida, M. de F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Org.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Durkheim, E. (2012). *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fausto, B. (1984). As crises em nossa história [Versão eletrônica], *Lua nova*, vol. 1, pp. 79-85. Recuperado em 04 de dezembro, 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100018
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Marková, I. (2017). The Making of the Social Representations [Versão eletrônica], *Cadernos de Pesquisa*, vol. 47, nº 163, pp. 358-374. Recuperado em 19 de maio, 2018, de <http://dx.doi.org/10.1590/198053143760>
- Merton, R. K. (1968). *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou.
- Merton, R. K. (1938, Outubro). Social Structure and Anomie. *American Sociological Review*. Vol. 3, No. 5, pp. 672-682.
- Moscovici, S. (2000). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. (pp. 29-109). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Teymoori A., Jetten J., Bastian B., Ariyanto A., Autin F., Ayub N., et al. (2016). Revisiting the Measurement of Anomie. *PLoS ONE*
- Pasquino, G. (1993). Verbetes “Crise”. In N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de Política*, 5ª ed. (pp. 303-306). Edunb: Brasília. 11(7): e0158370. doi:10.1371/journal.pone.0158370.
- Sallum Jr. B. & Kugelmas, E. (1991). O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, 5(13), (pp. 145-159).
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas [Versão eletrônica], *Novos estudos – CEBRAP*, n. 97, pp. 23-40. Recuperado em 23 de janeiro, 2018, de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>



Suda, J.R.; Souza, L. Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES). *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 72-80; mai./ago. 2006.

Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coord.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Velho, G. (2002). *Mudança, crise e violência: Política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.